

Constituinte começa a ter acordo

BRASÍLIA — O PMDB não aceita negociar alterações em 22 pontos do projeto da nova Constituição, considerados prioritários pelo governo para revisão no segundo turno de votação da Constituinte. A nacionalização da exploração de recursos minerais, a reforma tributária e a definição de empresa nacional são alguns destes pontos. Há possibilidade de acordo em 15 pontos e o PMDB concordou em alterar outros 20 itens do texto.

Apesar desta disposição, acordos definitivos só serão fechados à medida em que o plenário for avançando na votação do projeto. Diariamente, os líderes partidários se reúnem e podem referendar este pré-acordo do PMDB. Mesmo se não for consensual, o apoio pemedebista pode assegurar a alteração no texto.

Animado com os 20 pontos já comprometidos, o deputado José Lourenço, líder do PFL, mudou de tom ao falar na tarde de ontem da nova Constituição: "Acho que vamos ter um bom texto. O Jobim (Nelson Jobim, líder do PMDB) está muito preocupado com o país". Pelo acordo, oito pontos de interesse do governo seriam alterados no texto. A duração da licença-paternidade será remetida para a legislação ordinária, as jazidas e minas serão excluídas dentre os bens da União, cairá a efetivação do funcionário público com mais de cinco anos de serviço e a anistia fiscal será excluída.

O governo centra fogo nos pontos que o deputado Nelson Jobim acenou com a possibilidade de um acordo. Aí, estão questões prioritárias, como o aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, o direito de greve e a preferência que o governo terá de dar às empresas nacionais na aquisição de bens e serviços. "Acho que conseguiremos alguma coisa neste ponto. Tudo dependerá da negociação", disse o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), um dos negociadores do Centrão.



□ Para "fugir à mesmice" o padeiro Lino de Marcos Lima (E) lançou, domingo passado, sua candidatura a vereador pelo PT com uma tarde de lazer para as crianças. Seu slogan é "Lino da padaria, o homem da massa". Enquanto meninos e meninas divertiam-se com jogando argolas, arremessando dardos e andando em pernas-de-pau, Lino, acompanhado dos candidatos do PT a prefeito, Nilmário Miranda, e vice-prefeito, Tilden Santiago, ambos jornalistas, expunham suas plataformas aos pais.

Primeiro dia — No seu primeiro dia como deputado após deixar o ministério, o ex-ministro da Ciência e Tecnologia Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), em vez do gabinete ministerial amplo, com oito secretárias e muita pompa, entrou no pequeno gabinete da Câmara dos Deputados, onde arrumou seus papéis auxiliado por apenas duas secretárias. Em vez do Landau com motorista, chegou no seu carro particular, um Passat 85 quatro portas dirigido por ele mesmo. Ainda esta semana, Luiz Henrique se muda da área mais nobre de Brasília, a Península dos Ministros, para seu apartamento funcional na 202 norte, quadra na qual residem 90% dos deputados federais.

Trio — O senador Álvaro Pacheco (PFL-PI) — derrotado há pouco na disputa por uma cadeira da Academia Brasileira de Letras — e os deputados Paes Landim (PFL-PI) — da bancada xiita do Centrão, famosa por só votar "não" — e Agassiz Almeida (PMDB-PB) — acusado há um ano de falsificar a assinatura do presidente do Senado, Humberto Lucena, em processos de nomeação da Paraiba — foram os únicos políticos presentes à cerimônia de transmissão de cargo de ministro da Cultura, de Celso Furtado para Hugo Napoleão. Depois de passar o cargo, Furtado declarou que volta a escrever, viajando nos próximos dias para o México e União Soviética, onde participará de conferências.

Custo — A campanha eleitoral nos 723 municípios mineiros custará cerca de US\$ 150 milhões — Cz\$ 36 bilhões 500 milhões, o equivalente a uma vez e meia a receita do ICM do estado em junho. O cálculo é da Associação Mineira de Eti-

quetas e Serigrafia, que congrega 46 empresas, entre as quais as 15 maiores fabricantes de material para campanha política.

Palpite — "Acho que vai dar Zambiasi", disse o governador Pedro Simon em entrevista ao radialista Laser Martins no programa radiofônico *Os gaúchos e o governo Pedro Simon*. O governador referia-se ao deputado Sérgio Zambiasi, que disputa a indicação pelo PMDB para disputar a prefeitura de Porto Alegre. Os outros candidatos são Antônio Britto, Ibsen Pinheiro, Mercedes Rodrigues e Mendes Ribeiro.

Suspense — O ex-deputado Paulo Maluf volta hoje ao país, depois de uma ausência de um mês e meio na Europa e Estados Unidos. Depois de reuniões com seus correligionários do PDS, deverá anunciar se vai ou não se candidatar à prefeitura de São Paulo. O PDS arruma o cenário para a volta triunfal de Maluf, que encabeça as pesquisas junto ao eleitorado.

Bancos — "Três bancos estarão trabalhando nas eleições em Curitiba: o Banestado para o PMDB, o Bamerindus para o PTB e o banco de idéias para nós", diz o deputado Aírto Cordeiro, do PFL. Pelo PMDB, um dos principais colaboradores do prefeito Roberto Requião, Ricardo MacDonald, publicou um artigo intitulado "Quando um banco vira partido".

Opção — Com pouco espaço político depois que o PMDB e o PFL formaram duas grandes frentes políticas na capital — uma de centro-esquerda e outra de centro-direita, o PDT de Pernambuco foi obrigado a escolher um político do próprio partido — o advogado João Monteiro — para concorrer a vice-prefeito, na chapa de seu candidato, o deputado João Coelho.

Estatégia — O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, disse que enquanto não forem votadas a emenda que suprime a anistia aos produtos rurais e a emenda do deputado Nelson Jobim, que sugere a retirada do termo "propriedade produtiva" para fins de reforma agrária, a UDR vai se abster de julgar qualquer campanha eleitoral.

BRASAS

Inglês na metade
do tempo

BOTAFOGO
226-0394